



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Declaração Final – Debate do Plano e Orçamento 2010 – 26 Novembro

Eis-nos chegados ao fim do debate sobre o Plano e Orçamento para 2010.

De acordo com o seu discurso habitual, para o Governo Regional, tudo vai bem.

O pouco que não está bem, resolve-se com alguma maior provisão para uma ou outra Secretaria.

A crise internacional é a razão dos actuais problemas. Finados os seus efeitos tudo voltará à normalidade.

Esta é a ideia que, tanto o Governo Regional, como a maioria que o apoia, insistiram em fazer passar, ao longo deste debate.

Para nós, Bloco de Esquerda, a realidade não é esta, por muito que custe admiti-lo.

Desde logo e em primeiro lugar, porque as causas que estiveram no embrião da crise financeira que se estendeu à economia, não estão a ser combatidas.

Lembramos aqui o que dizia O Partido Socialista - e muito bem! -, no início do embate desta crise: para evitar novas crises é preciso fechar os OFF-SHORES, cobrar fiscalmente as mais-valias adquiridas em bolsa e regulamentar o mercado financeiro, entre outras.

Nada disto foi feito a nível mundial e será lógico pensar que se as causas não são atacadas, novas crises com estas características irão surgir no futuro.

Portanto, pura retórica para ilusão dos povos.

Mas não foram só os líderes mundiais a silenciarem toda a indignação inicial, dando bem conta da fragilidade das suas convicções. O Partido Socialista já não fala neste assunto e mesmo naquilo que estava ao seu alcance - como o fecho da zona franca financeira da Madeira - recusa-se a fazê-lo.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Em parceria com o PSD e CDS recusa-se a dar o exemplo, penalizando directamente o povo da Madeira e colocando-se ao lado daqueles que fogem ao fisco, lavam dinheiro ou escondem proveitos ilícitos.

As convicções socialistas têm dias...

Se a crise tem, de facto, a sua dose de responsabilidade, é bom não esquecermos que, nos Açores, mesmo antes dela, ter um trabalho não é sinónimo de saída da pobreza, como o demonstram os números – 50% da população activa aufere, em termos brutos, no máximo, 600 euros mensais. E cerca de 40.000 pensionistas recebe menos - muito menos! – do que o salário mínimo regional.

Ao mesmo tempo, o desemprego não pára de aumentar (na realidade, acima dos 7%) e em crescimento constante desde 2002.

Este paradigma que empobrece as populações gera, ao mesmo tempo, problemas sociais em cadeia e tem sobre o mercado interno factores de depressão, penalizando o desenvolvimento da Região.

Mas o Governo Regional recusa atacar esta questão de frente. Permanece agarrado a uma política de continuidade que herdou e tem vindo a desenvolver, dentro dos parâmetros do passado.

A par desta continuidade desastrosa, o Governo Regional persegue, por força das ideias neoliberais que o norteiam, a criação, nos Açores, de uma classe subsidiária dos dinheiros públicos, entregando-lhe serviços e sectores essenciais.

Neste particular, a falta de resposta do Sr. Secretário da Economia, às questões dos transportes, colocada pelo BE, é elucidativa.

O Bloco de Esquerda não se confunde com aquilo que é a estratégia do Partido Socialista, na Região, assumida em Congresso e plasmada no plano estratégico do Governo Regional. Bem entendemos que as actuais dificuldades conjunturais, do ponto de vista da economia, inviabilizam (por agora) a consumação deste plano e permitem manobrismos no campo político.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



E sendo este o grande objectivo estratégico do Partido Socialista e do seu governo, é-lhe impossível outra política redistributiva, nomeadamente, salarial.

E também a alienação das potencialidades económicas decorrentes da nossa posição geoestratégica só pode ser entendida, à luz de razões ideológicas.

Reconheçamos que nenhuma destas situações resulta da crise internacional.

Esta bancada está consciente de que alterações de paradigma não se fazem com uma varinha de condão, nem de um dia para o outro mas a verdade é que, nem no plano estratégico, nem nos sucessivos planos e orçamentos, se vislumbra um sinal que aponte para uma mudança de rumo.

Apenas um exemplo: O Governo Regional apresenta o Orçamento. Majesticamente, deixa claro que não há mais dinheiro. Portanto, as oposições só podem fazer propostas de alteração ao Plano, através de um trabalho alternado de corte e costura, por um lado e de adivinhação, pelo outro.

Ora, quando, em Abril deste ano, propusemos um aumento extraordinário das pensões, na prática, desafiámos o Governo a ir buscar o dinheiro necessário àquilo a que, candidamente, se chama economia paralela mas que, em termos objectivos, se chama fuga e fraude fiscal. O número apresentado por algumas associações empresariais da Região são assustadores mas, ainda que sejam mais baixos, permitem angariar muito dinheiro para aumentar, significativamente, as pensões e para muito mais.

Em relação a este escândalo, o Governo deveria ser o principal interessado em lhe pôr cobro mas, sobre isto, nem uma palavra disse.

Será porque este combate, iminentemente democrático e pela justiça, afecta os interesses instalados, que o Governo não quer embaraçar?

No encerramento deste debate, deixamos aqui, mais uma vez, este desafio!

Arregaçar as mangas para esta empreitada significa um início sério para inverter paradigmas, desenvolver a economia e trazer mais modernidade aos Açores, ombreando assim e nesta matéria com as democracias desenvolvidas.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Outro verdadeiro sorvedouro dos dinheiros públicos são as derrapagens, nas empreitadas públicas.

Segundo Oliveira Martins, socialista e presidente do Tribunal de Contas, estas derrapagens não são só um sinal evidente de má gestão e falta de rigor; são também propiciadoras de falta de transparência, na gestão dos dinheiros públicos e um terreno propício à corrupção.

Mas as derrapagens são tratadas com brandura, pelo actual poder na Região, tendo mesmo legislado, no sentido de as tornar legais, para níveis inaceitáveis.

Sendo assim, como pode haver dinheiro para outras coisas?

Sobre a dívida pública, partilhamos com o Vice-Presidente do Governo a tese de que só devemos endividarmo-nos, em caso de absoluta necessidade.

Mas será que o Governo Regional não considera esta crise social que se vive nos Açores, como um caso de absoluta necessidade?

E como compreender a mudança de atitude, logo que se alteram os intervenientes em jogo?

É o caso da parceria pública-privada para a construção do hospital de Angra do Heroísmo.

Segundo as partes do contrato tornadas públicas, este tem a duração de 30 anos e o Governo Regional irá pagar a amortização da obra e a sua manutenção.

É claro para todos que se trata de um empréstimo, que se trata de desorçamentação e que se trata de pagar juros bem mais altos do que se contraísse dívida pública.

Alertas deste tipo constam de um parecer emanado do Tribunal de Contas, com respeito a este tipo de expedientes, herdados do governo PSD e que a governação PS (como em muitas outras questões), tratou de chamar prática sua.

Afinal, em que ficamos? Quando se trata de meter dinheiro, nos grandes - neste caso, na Mota-Engil - as mesmas cautelas e caldos de galinha, no que respeita à gestão da dívida pública, não se aplicam.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Ficaremos atentos à diferença de custos final e interpelaremos o Governo sobre quanto é que esta operação vai custar a mais aos cofres públicos e às gerações vindouras.

Também por todas estas razões e porque pugnamos por outra política, que abra caminhos de futuro para os Açorianos e Açorianas, votaremos contra este Plano e Orçamento.

Não por “arrogância salvífica”, mas por coerência política e respeito por quem nos elegeu!